



Empresa de Pesquisa Energética

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE)

CNPJ: 06.977.747/0001-80

COMPANHIA FECHADA

ATA DA 113ª REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2023

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e quarenta minutos, por videoconferência, reuniu-se o Comitê de Auditoria da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), secretariado por mim, ALESSANDRA LOPES COSTA ALVES DOS SANTOS, Secretária-Geral. Participaram o Presidente do Comitê JOAQUIM RUBENS FONTES FILHO e os membros CAIO CEZAR MONTEIRO RAMALHO e LUDMILA DE MELO SOUZA.

ABERTURA.

O Presidente do Comitê Joaquim Rubens cumprimentou os participantes e declarou aberta a reunião.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM.

Diante da participação de todos os membros, restou configurado o atendimento do quórum estatutário.

APROVAÇÃO DE ATAS.

Foram aprovadas as atas das 111ª e 112ª reuniões do Comitê de Auditoria.

MATÉRIA.

(1) Demonstrações Financeiras fevereiro/2023. Foram convidados a Superintendente Adjunta Mariana Azevedo e o Analista Sergio Souza, que entregaram as demonstrações financeiras de fevereiro de 2023, com o balanço patrimonial, as demonstrações de fluxo de caixa e de resultados do exercício, os gastos com pessoal e cartão corporativo, o espelho de endividamento, os indicadores, o relatório gerencial e os restos a pagar. Ludmila Souza questionou sobre o processo de recebimento de receitas dos leilões. Mariana Azevedo explicou que o empreendedor precisa reembolsar a EPE para usufruir dos direitos como vencedor do leilão, citou que existem portarias da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que regulam a questão, e informou que as encaminhará ao Coaud em reunião futura, para discussão mais aprofundada. Sergio Souza acrescentou que as receitas de leilão só são reconhecidas pela contabilidade quando de seu recebimento, ou seja, pelo regime de caixa. O Comitê solicitou então uma nota técnica, para a próxima reunião com a área, sobre esse tema, explicando o procedimento adotado, com as análises dos regimes de caixa e de competência e os efeitos tributários. O Coaud ratificou a importância da produção de notas técnicas como uma boa prática. Questionada por Caio Ramalho sobre a evolução da recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o cálculo dos custos que embasam ressarcimento dos leilões, Mariana Azevedo informou que há um grupo de trabalho, com participação de diversas áreas, que está estudando o assunto, porém não soube precisar



Empresa de Pesquisa Energética

qual área é a responsável pela sua coordenação, tendo sido a última reunião cancelada. A Superintendente, a pedido do Coaud, relatará em próxima reunião o andamento desse processo e a Alessandra dos Santos irá verificar quem está responsável pelo tema na EPE e informará ao Coaud. Caio Ramalho solicitou as notas fiscais do cartão corporativo, referentes a janeiro de 2023, não incluídas na referida pasta. Após sanar dúvidas, os convidados retiraram-se da reunião.

(2) Auditoria da Gestão da Segurança da Informação. Foram convidados o Auditor Interno Ramon Catran, os Analistas Luciana Araújo e Renato Bonfim, o Gestor de Conformidade e Riscos Elzenclaver Aguiar e o Gestor de Segurança da Informação Sergio Miranda. Ramon Catran contextualizou a matéria, explicando a auditoria realizada (PP - 08/2019) e a reunião das áreas de Auditoria Interna e Conformidade e Gerenciamento de Riscos para possível contratação de empresa de Auditoria de Cybersegurança – TI. Elzenclaver Aguiar explicou as contratações já previstas das partes operacional e tática. Sergio Miranda explicou que a EPE está em fase de elaboração do sistema de gestão de continuidade de negócios e que, com esse projeto, a empresa estará preparada para um retorno mais rápido e eficiente à normalidade caso haja algum incidente. Caio Ramalho questionou sobre a adequabilidade do momento para a auditoria em segurança da informação e sobre como a Auditoria Interna pretende fazer a verificação dos processos e controles referentes ao tema ao longo do tempo. Ramon Catran informou que há diversas legislações sobre o assunto, focando nas Resoluções CGPAR e que a AIN não tem capacidade técnica para verificar esses processos e controles internos. O Auditor explicou que já foi realizada auditoria analisando os papéis e competências e verificando a realização de campanhas internas. Caio Ramalho alertou para o papel precípua da AIN, como 3ª linha, na verificação da adequabilidade e eficiência dos processos e controles relacionados às 1ª e 2ª linhas da EPE. Questionado pelo membro do Comitê qual o cronograma esperado e quais relatórios seriam produzidos pelos serviços contratados, Ramon Catran informou que a AIN estudará o escopo das contratações para verificar se há condições de acompanhar as recomendações que serão tecidas pelas consultorias. O Auditor Interno relatou que foi realizada auditoria em segurança da informação em 2020 e questionou sobre definição de escopo para contratação de consultoria para nova auditoria no tema em 2023. Ludmila Souza resumiu que a contratação seria para auxiliar neste escopo específico, tendo em vista a ausência de equipe especializada em TI na AIN. Caio Ramalho manifestou que a expectativa do Coaud era que, dada a reunião interna realizada pela AIN com a CGR em 07/12/2022 para tratar do tema, e a pauta da presente reunião, a AIN já tivesse feito as perguntas necessárias à CGR e à STI sobre os prazos, os relatórios que serão produzidos pelas contratações e outras informações necessárias, bem como analisado criticamente a situação, para então a AIN, de forma embasada, decidir as medidas a serem tomadas (ex. utilizar sua equipe interna ou contratar apoio externo) e, conseqüentemente, informar a solução mais eficiente ao Coaud. Questionado por Caio Ramalho sobre o cronograma e o escopo dos relatórios esperados a serem produzidos pelas consultorias (se “baixo nível” – mais técnicos, ou “alto nível”), Elzenclaver Aguiar explicou as contratações e os resultados esperados das consultorias, com análises e relatórios com possíveis pontos de fragilidade. Sergio Miranda comentou sobre um



Empresa de Pesquisa Energética

dos relatórios, mais técnico (“baixo nível”), voltado para a Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicações. Indagado por Caio Ramalho sobre o aproveitamento dos relatórios para a alta administração, inclusive para orientação da análise da matriz de riscos da EPE, Elzenclever Aguiar informou que as necessidades de “baixo nível” podem ser traduzidas em ações de alto nível, quando da revisão da matriz de riscos de TI. Os convidados comentaram sobre o cronograma das contratações. Ludmila Souza questionou sobre outros possíveis softwares que estão sendo utilizados pela EPE sem formalização, além daquele já sanado em dezembro de 2022, e Elzenclever Aguiar informou que não tem conhecimento, sendo que a STI sempre analisa a documentação e compatibilidade técnica dos softwares, a pedido das áreas. Joaquim Rubens resumiu que as consultorias contratadas elaborarão relatórios e, com base nos acompanhamentos da STI e da CGR, a AIN poderá ter acesso às recomendações para elaboração de auditoria. Caio Ramalho completou com a recomendação à AIN se reunir novamente com a CGR e a STI para se informar sobre os relatórios que serão produzidos pelas consultorias, e em qual momento do tempo, para então a AIN tomar uma decisão e apresentar ao Coaud como pretendem proceder. O Comitê manifestou que espera a lista de ações, com cronograma, da CGR e da AIN a partir dos resultados das contratações para acompanhamento. A seguir, os convidados retiraram-se da reunião.

ASSUNTOS GERAIS.

(1) Atas demais órgãos de governança. Alessandra Lopes entregou, para conhecimento, as atas da 190ª reunião do Conselho Fiscal e das 700ª a 702ª reuniões da Diretoria Executiva. O Coaud solicitou a PRD nº 012/2023 e seus anexos sobre o acordo extrajudicial com a Viena Empreendimentos.

ENCERRAMENTO.

Por fim, às dezessete horas e quarenta minutos, o Presidente agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a 113ª Reunião do Comitê de Auditoria da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Assim, eu, Alessandra Lopes, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros do Comitê participantes e por mim.

(Assinado Eletronicamente)

JOAQUIM RUBENS FONTES FILHO

CAIO CEZAR MONTEIRO RAMALHO

LUDMILA DE MELO SOUZA

ALESSANDRA LOPES COSTA ALVES DOS SANTOS